

# NOTAS SOBRE A VALIA POLÍTICA SIMBÓLICA E ECONÓMICA DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

por  
Augusto Nascimento\*

## Introdução

Os estudos da época colonial sobre questões demográficas e movimentos migratórios foram influenciados pelas preocupações políticas e económicas dos poderes e interesses coloniais e, embora reflectindo as sucessivas políticas relativamente ao aproveitamento da mão-de-obra, nunca se demarcaram da “problemática” dessa mais-valia colonial<sup>1</sup>. Foi quase sempre de uma perspectiva inspirada pela tutela política e administrativa colonial que se encararam os movimentos migratórios em S. Tomé e Príncipe, a espaços significativamente designados “correntes” migratórias.

Mais recentemente, as transformações sociais e políticas no continente africano, de que uma das consequências é a pressão social agregada ao aumento demográfico, sugeriram o estudo de perfis demográficos e, em particular, de movimentos migratórios. Em S. Tomé e Príncipe, tais estudos não se encontram muito aprofundados<sup>2</sup>. Vários deles espelham a

---

\* Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (I.I.C.T.).

<sup>1</sup> Exceptue-se o notável trabalho de Francisco TENREIRO que, independentemente de aflorar as questões do trabalho num contexto colonial, teve suporte teórico e motivações que não os do vulgarizado saber colonial.

<sup>2</sup> Afora trabalhos realizados sob a égide de organismos internacionais, realce-se a dissertação de João BONFIM, na qual alguns problemas relacionados com a emigração são-tomense são abordados de vários ângulos, entre eles, o da evolução política, que, também neste texto, tentaremos ponderar.

convicção da importância das migrações na etnogénese do povo são-tomense. Noutros, algumas ideias sobre as migrações são ainda tributárias do modelo da atracção-repulsão<sup>3</sup>. Ao peso da racionalidade económica inerente à decisão individual de emigrar, os estudiosos são-tomenses acrescentam, embora sem as aprofundar, as motivações políticas como razão para a emigração. Nesse sentido, as menções às emigrações comportam, conquanto implicitamente, uma avaliação da condução política e económica do país. Ainda com referência às diversas abordagens, assinala-se que também se procuram explicações na história do arquipélago para a postura dos são-tomenses face à emigração<sup>4</sup>.

É consabido que, independentemente da sua natureza mais ou menos coerciva, os movimentos migratórios de séculos passados tiveram implicações na modelação da sociedade são-tomense. Dentre as consequências das imigrações das duas derradeiras centúrias, citemos a criação de uma estrutura económica e social baseada na disjunção social entre os vários segmentos populacionais e a viabilização da hegemonia dos europeus. Outra consequência, por regra não assinalada, consistiu na preservação por parte dos são-tomenses de uma posição intermédia na imobilista e hierarquizada sociedade colonial.

O escrutínio da história é crucial para se perceber como se chegou a determinadas arquitecturas políticas e a certas configurações económicas e sociais. Mas, em vista quer das rápidas e profundas mudanças so-

---

<sup>3</sup> Ao arrepio da actualmente menor valia explicativa desse modelo (para uma exposição e crítica sumárias, consulte-se SAINT-MAURICE e PIRES 1989:205-206), a sua adopção poderá explicar-se não só pela avassaladora privação económica de parte significativa da população, como também pela impossibilidade de realização profissional e social de franjas mais diferenciadas de são-tomenses.

<sup>4</sup> Vejamos, a par de considerações mais ou menos inócuas acerca das influências da passagem e fixação de vários povos no território, em S. Tomé e Príncipe nunca ocorreu um debate sério sobre as implicações dos processos migratórios passados e presentes. Em parte, tal é explicável pelo decréscimo da população importada e pelo facto de evolução económica e social na era colonial ter mantido os mundos dos trabalhadores imigrados (serviçais) e dos nativos suficientemente apartados para evitar o aprofundamento de rivalidades de recorte étnico. Em 1975, a relativa homogeneidade cultural, onde não eram desprezíveis os vectores de europeização, acolheu um ideário político supostamente progressista que, servindo para controlar politicamente a sociedade, não pressupunha a existência nem permitia a discussão de problemas de cariz étnico. Logo, não obstante as mudanças de carácter político e administrativo, a contenção de eventuais clivagens étnicas manteve-se após a independência. Por conseguinte, e também porque enformado pelo paradigma do resgate da humanidade africana contra a opressão colonial, o discurso sobre os outros povos foi sempre consensual, repetitivo e, nalguma medida, inane.

ciais, quer das implicações das decisões políticas no pós-independência, esse escrutínio já nos parece, contra a alusão a vagas influências históricas e a manipulação de um remanescente discurso de vitimização atido ao passado colonial, menos relevante para explicar as atitudes dos são-tomenses de hoje relativamente à sua emigração.

A emigração tornou-se uma realidade, talvez apenas contida pelas restrições nos potenciais destinos migratórios, tal o dado que, mais do que eventuais rastros históricos, pesará na determinação das atitudes relativamente à emigração.

A partir do momento em que se admitiu, pelo menos implicitamente, que a emigração se tornou, se não uma panaceia, pelo menos uma possível valia, questionou-se a razão da aversão supostamente subsistente em relação à migração. A este propósito, importará destringer as atitudes dos potenciais migrantes, por um lado, da perplexidade de estudiosos e da incomodidade dos políticos, por outro.

As opiniões sobre emigração são muito cautelosas e, diríamos, algo reservadas, facto eventualmente devido a dois factores: um, a dificuldade em falar de emigração por esta não corresponder a uma tradição cultural do meio. Porventura, prevalecerá aqui um prurido de intelectuais e políticos relativamente à emigração de mão-de-obra desqualificada e, por isso, presumivelmente destinada a ser explorada. Todavia, talvez este prurido não tenha correspondência na aspiração de muitos são-tomenses em emigrar independentemente das circunstâncias reconhecidamente difíceis nos destinos possíveis. Outro factor, o da inoportunidade de formular uma política num momento tão avesso à mobilidade em direcção aos países do centro do capitalismo.

A dificuldade dos políticos e dos estudiosos perante o fenómeno da emigração poderá provir, ainda, da ideia de que a emigração equivale a um remedeio inimaginável à época da independência e, nessa medida, à convicção, inconfessada, de um fracasso político e económico. Essa dificuldade advirá também da constatação de que S. Tomé e Príncipe dispõe sobretudo de mão-de-obra desqualificada que, mau grado o seu denodo, carecerá de suporte governamental para não sofrer fora de portas com a discriminação e a pobreza, caso em que pouco ganharia em relação à situação causadora da migração.

Quando houvesse possibilidade de promover a emigração, o que não sucede actualmente, ela poderia constituir um escape para a pressão social ligada à pobreza e aumentada pelas dificuldades derivadas da composição étnica da população, do desajuste entre o inadequado e desqualificado sistema de formação e o exíguo mercado de trabalho e, enfim, da margina-

lidade económica e social para que são impelidos os mais jovens. Numa óptica a um tempo realista e ambiciosa, pareceria que se deveria pensar na qualificação de mão-de-obra e, a partir disso, repensar a emigração.

A falta de uma cultura migratória gera a dificuldade de lidar com a necessidade de emigração que, numa certa perspectiva, é entendida (pelos estudiosos) como um aviltamento. Este sentimento – que os estudiosos são-tomenses pretendem ter curso na sociedade – é explicado a partir das experiências dos *contratados*, como se ao comum dos são-tomenses não fosse dado discernir a diferença entre o trabalho migratório de antanho e uma eventual migração nos dias de hoje<sup>5</sup>, mesmo se nela se inclui o estendal de privações e de agressões simbólicas nas sociedades ditas de acolhimento.

No tocante às representações sociais e políticas da emigração – a qual, embora possivelmente contida, não cessará –, não pretendemos indagar o peso da memória do trabalho migratório ou contratado de outrora no facer das atitudes dos são-tomenses relativamente à migração. Com efeito, ao invés de enfatizar a suposta memória de um estigma, pretendemos descortinar o que na evolução histórica determinou uma posição social que, qual misto de marginalização e de previsibilidade, não sugeriu aos são-tomenses o caminho da emigração, muito menos gerou uma cultura migratória no território.

Logo, importará contextualizar a afectação que rodeia as considerações sobre as vantagens ou as desvantagens da emigração. Em termos comparativos, note-se que em Cabo Verde se considera a emigração como um problema que lesa a sociedade cabo-verdiana<sup>6</sup>. Trata-se de um enfo-

---

<sup>5</sup> É interessante que os estudiosos são-tomenses sejam lesto a citar a memória do duro trabalho contratado nas roças para explicar a aversão à emigração, mas não equacionem, por exemplo, o peso das actuais condições de sobrevivência dos ex-serviçais e seus descendentes na avaliação das vantagens ou desvantagens da emigração. Por mim, tenho por certo que a marginalidade social deste segmento da população contará pouco na avaliação dos prós e contras da emigração. Porém, ainda menos contará a memória da vida dos antigos *contratados*.

<sup>6</sup> Por exemplo, FURTADO 1993:61.

Constituindo uma negação do discurso consensual sobre a emigração como uma bênção (a que, por exemplo, também alude MEINTEL 1984:93), a posição de FURTADO poderá ser interpretada como uma refutação subliminar de uma ideia de fatalismo comumente associada ao destino dos cabo-verdianos. Na verdade, valerá a pena efectuar um renovado exercício crítico e sopesar as vantagens da emigração, a encarar não como reflexo passivo de insustentáveis condições de repulsão, mas como escolha social e política com que se alicerça o futuro e, na circunstância, se contribui para o desenvolvimento. Pese embora a diferença quase radical de situações históricas, estes raciocínios poderão não ser completamente desprezíveis para o caso de S. Tomé e Príncipe.

que sugerido por uma visão ideológica da emigração como um produto de desigualdades e constrangimentos legados pelo colonialismo. Numa perspectiva diferente, que atenta no papel crucial da diáspora em Cabo Verde, equaciona-se o papel da emigração na construção de uma identidade cabo-verdiana, a qual teria precedido em muito a independência. Mais prosaicamente, pode valorizar-se o impacto da emigração no pragmatismo político do pós-independência e nos subsequentes ganhos em termos de evolução económica e social. A ter em conta a correlação entre abertura e desenvolvimento, é inegável que os cabo-verdianos souberam retirar vantagens da sua emigração. Poderá S. Tomé e Príncipe obter algum benefício de uma emigração?

Especulando, um fluxo migratório semelhante ao de Cabo Verde e uma cultura de emigração teriam permitido supor uma outra política relativamente à emigração e, reciprocamente, uma outra relação dos emigrantes com a terra. Por exemplo, tal poderia ter matizado com pragmatismo os fervores transformistas e revolucionários de 1975 e anos seguintes. Com efeito, para além da contribuição económica e financeira, outra das vantagens de uma emigração mais significativa teria residido na pressão para um menor isolamento do arquipélago nos anos pós-independência e para uma política económica a um tempo mais realista e pragmática.

Conquanto insusceptível de comparação com a cabo-verdiana, a migração são-tomense cresceu nos derradeiros anos. Embora nos meios da emigração as relações familiares pareçam operativas, já os laços com a terra se afiguram mais ténues. Com efeito, a ser comum a existência em muitas famílias de alguém emigrado<sup>7</sup>, então forçosamente se concluirá que, diferentemente do sucedido noutras experiências migratórias, tem sido rala a relação com a terra<sup>8</sup> e, afinal de contas, com a própria família. Em todo o caso, parece esboçarem-se mudanças<sup>9</sup>, de que cumpre apurar os respectivos contornos e alcance.

---

<sup>7</sup> BONFIM, João 2000:40.

<sup>8</sup> Admitamo-lo, essa relação com a terra tem também a ver com as hipóteses de fazer da experiência migratória, não um mero modo de sobrevivência, mas uma possibilidade de obtenção de um pecúlio que viabilize o regresso à terra. Em todo o caso, a relação com a terra não se compõe nem se regula apenas por essa vertente material.

<sup>9</sup> A migração são-tomense não desempenhou um papel económico, social e cultural similar, por exemplo, ao da cabo-verdiana. Por regra, a migração são-tomense tendeu a cortar laços com a terra. Não obstante, trata-se de uma situação reversível em caso, por exemplo, de futura prosperidade económica do país ou de fracções das comunidades emigradas.

Embora mereçam atenção, certas evocações da memória das migrações afiguram-se instrumentais. Algo arbitrárias, elas servem para a valorização política de pessoas e grupos definidos por afinidade de cariz étnico ou por uma identidade espacial. Por exemplo, contra as evidências da predominância do que se denominaria de presença cabo-verdiana, entre destacados habitantes do Príncipe fala-se da origem da população local na região do actual Mali<sup>10</sup>, asserção com que se procura um efeito de distinção relativamente aos de S. Tomé. Não se menospreze a valia política do intuito. Mas, ponderando os problemas da sociedade são-tomense no mundo actual, outras questões revestem-se de maior acuidade. Por exemplo, em razão das experiências migratórias, como se refaz, ou não, a representação das relações raciais e como se pensa o enquadramento geo-estratégico do país?

Neste texto, esboça-se um ponto de situação relativamente a várias vertentes da problemática das migrações para e de S. Tomé e Príncipe, avançando-se algumas notas sobre a pertinência política e social de uma reflexão sobre essa temática dentro e fora do arquipélago.

### **Alguns dados históricos**

Entre os séculos XV e XVIII, o arquipélago foi terra de movimentos migratórios, entre os quais, a importação de escravos para os trabalhos dos engenhos e, depois, para o respectivo trato transatlântico, o abandono de parte dos colonos em direcção ao Brasil<sup>11</sup>, o retorno de escravizados do Brasil, além dos movimentos propiciados pelos laços com a costa do Golfo durante o período chamado de *pousio*. Já em meados de Oitocentos, registe-se o envolvimento de são-tomenses no tráfico clandestino de escravos desde a costa gabonesa. Daqui resultaram quer um quase inextricável rodopio de influências e traços culturais, quer uma incessante miscigenação, a propósito da qual recentemente se passou a pretextar, e acertadamente, ter sido uma miscigenação predominantemente inter-africana<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> UMBELINA s. d.:9.

<sup>11</sup> Diz-nos TENREIRO que, com a colonização do Brasil e a migração para esse destino, as famílias ilustres se orgulhavam do filho negro ou mulato ordenado padre na Baía (1956a:11). Salvaguardada a diferença de contextos históricos, não deixa de merecer registo o orgulho dos da terra nos filhos que a ela voltavam já sacerdotes e que se entregavam a uma acção não só religiosa mas de liderança social e, por vezes, política, hipótese de que parecem arredados os migrantes de hoje, mesmo quando qualificados.

<sup>12</sup> Por exemplo, MATA 1993:76.

Apesar da importância de todos estes movimentos na história do arquipélago, foi a recolonização empreendida nas duas últimas centúrias, uma vez mais baseada na importação de largos contingentes de braços, que, de alguma forma, determinou a mais recente evolução política e social de São Tomé e Príncipe. De meados de Oitocentos até quase ao cair do pano do colonialismo imperou a imigração dirigida para o trabalho nas roças. Os roceiros recusaram sempre a ideia do arquipélago como terra de povoamento – consideravam-no uma colónia-fazenda, ou colónia-plantação, onde a civilização dos africanos se lograria pelo trabalho nas roças –, tentando regular os fluxos migratórios pelas necessidades de força de trabalho, que desejavam obter em condições tão favoráveis quanto era possível almejar num quadro colonial. Evidentemente, ao forçarem essa política, condicionavam a evolução demográfica e social das ilhas. No tocante à evolução social, notemos, por exemplo, que apesar dos alvites no virar do século XIX para o XX sobre uma colonização europeia, os roceiros enjeitaram o povoamento branco. Décénios mais tarde, tão pouco quereriam a radicação de cabo-verdianos, a qual se poderia ter ajustado às demandas de força de trabalho das roças. Os roceiros não desejavam um mercado de trabalho, que inevitavelmente os acabaria por pressionar económica e socialmente. À semelhança de plantadores noutros contextos coloniais, os roceiros defenderam tanto quanto possível o trabalho migratório, posição que só abandonaram quando o Estado colonial deixou de se empenhar na mobilização directa e indirecta da força de trabalho e quando, por conseguinte, a rarefacção e a carestia da mão-de-obra importada sugeriram esquemas mais flexíveis de aproveitamento da população subsistente nas roças ou nos interstícios delas.

Numa sociedade construída com recurso a sucessivas levas de migrantes, as roças permitiram aos roceiros a hegemonização da estrutura económica e a imposição de uma dinâmica de extroversão. De acordo com o desígnio de preservação do seu domínio, os roceiros impediram a diversificação económica nas ilhas e condicionaram por largo tempo as opções das instâncias governamentais, que se acharam financeiramente dependentes dos resultados das roças, isto é, das exportações. Dada esta arquitectura económica, abandonaram-se os projectos de povoamento por colonos e, por conseguinte, reduziram-se drasticamente as possibilidades de miscigenação e de integração racial, o que, ainda assim, não impediu uma relativa homogeneidade cultural e, de par com isso, uma significativa assimilação de facetas culturais da metrópole.

Apesar do que se inferirá deste excursão no tocante à espoliação dos serviços, hoje, tanto a visão colectiva quanto a decisão individual perante

a possibilidade de migração dependerão de circunstâncias várias, não podendo ser assacadas à dominação colonial. E se o forem, não é no sentido pretextado pelos são-tomenses, a saber, o da memória dos agravos nas roças. Vejamos, a configuração do colonialismo em Novecentos foi votando os nativos à marginalidade social. Não obstante, essa marginalidade não os impediu a procurar a emigração, a que também o contexto colonial não era propício<sup>13</sup>. Devido à inexistência do hábito de emigração, esta tendeu a circunscrever-se a são-tomenses com habilitação superior e, por isso mesmo, com dificuldade acrescida em encontrar espaço económico e social nas ilhas. Na verdade, desde os primeiros decénios de Novecentos, a emigração tornou-se o caminho de uma franja qualificada que, por causa da extroversão económica ou da crescente discriminação racial, não encontrava mercado para as suas aptidões, nem podia, na sua terra e perante os seus conterrâneos, conviver com a evidência da injustiça da sua desqualificação face aos colonos. Mais raramente, essa emigração teve igualmente a ver com constrangimentos políticos. Um dos destinos foi Angola, onde se criaram alguns pólos de são-tomenses, mormente no Lobito e, naturalmente, em Luanda.

Nos derradeiros decénios do colonialismo, a emigração para Angola tornou-se o projecto de maior número de são-tomenses. Embora esta emigração permaneça por estudar, não deverá ser apropriado falar de uma torrente migratória. Em Angola, os são-tomenses não suscitaram animosidade comparável, por exemplo, à comumente referida a propósito dos cabo-verdianos. Mas a sua presença – somada à memória que em Angola remanesceria do *contrato* no arquipélago – terá sido suficientemente notória para, pelo menos, serem mote de um estereótipo denotador de alguma inveja social<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> A emigração não terá sido directa ou indirectamente favorecida por instâncias estatais; por exemplo, terão sido poucos os são-tomenses envolvidos nos esquemas de mobilidade do funcionalismo colonial.

<sup>14</sup> Coteje-se NASCIMENTO 2000a.

Podem entrever-se nos são-tomenses algum comprazimento pela posição de destaque da respectiva colónia em Angola. Por exemplo, um autor refere mesmo que os seus conterrâneos, “tidos como funcionários muito eficientes” ocuparam postos subalternos e ascenderam na administração colonial em Angola, tendo suscitado “inveja a muitos angolanos” (MENEZES 2002:49). Mais ou menos fundado, tal comprazimento atém-se igualmente à situação prevalente após a independência. Com efeito, há anos, os são-tomenses orgulhavam-se de terem chegado até círculos próximos do presidente Eduardo dos Santos. As mudanças políticas e o afastamento entre os dirigentes dos dois países após a liberalização política dos anos 90, por um lado, e a reorientação geo-estratégica ligada ao petróleo, por outro, tornaram aquelas alusões menos frequentes e ostensivas.

Alguns autores são-tomenses sustentam que o fechamento político vigente no regime colonial afunilou as saídas dos são-tomenses. Qual ressonância do ideário anti-colonial, é dito que o sistema colonial teria conseguido manter uma “situação de sociedade insular”, isto é, de isolamento. Desse modo, o arquipélago teria tido por únicas saídas Luanda e Lisboa e, daí, a circunstância da maior colónia são-tomense no exterior residir em Angola, seguida da existente em Portugal<sup>15</sup>.

Na verdade, cumpre questionar este alegado fechamento porquanto não resultam evidentes os escolhos apostos à saída de são-tomenses nos derradeiros anos do colonialismo. Em termos comparativos, lembrem-nos da mobilidade permitida aos cabo-verdianos. Pelo menos desde os anos 60, senão antes, estes emigravam para Portugal e outros países europeus na procura de trabalho braçal, ao que não se dispuseram os são-tomenses. É possível que nessa altura – e não agora, como é defendido – a posição dos são-tomenses fosse influenciada pela imagem de degradação associada ao trabalho braçal, a que se juntaria a influência de uma visão do mundo e da vida determinada pela posição intermédia na sociedade colonial. Esta posição intermédia – no serviço subalterno da administração estatal, das roças e das casas comerciais –, conquanto limitasse a ascensão social, protegia da incerteza e, por isso, não impelia à emigração. Assim se contrariava uma característica supostamente estrutural dos pequenos espaços insulares.

Como se disse, até meados de Novecentos, a emigração restringiu-se aos poucos que não encontravam na sociedade colonial e no seu diminuto mercado interno as oportunidades que as suas qualificação e distinção social demandavam. Nos derradeiros anos do colonialismo, a aposta do poder colonial na qualificação dos nativos não os obrigava a emigrar. Dada a carência de quadros, estes tinham colocação praticamente garantida. Logo, nesses anos, a emigração e, mais particularmente, o exílio passaram a depender de opções de carácter cultural e, em certos casos, político<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> MENEZES 2002:46-47.

<sup>16</sup> AMADO sustenta a ideia de que a emigração dos são-tomenses remonta aos anos 60, visando a mais valia económica e social constituída pela formação académica, cf. 2002:99.

Nalguns casos, o exílio decorreria da consciencialização política inerente ao tirocínio universitário ou outro.

## O momento da independência

A independência trouxe ao arquipélago exilados políticos e parte dos quadros que estavam em Angola<sup>17</sup> e em Portugal. Moviam-nos o entusiasmo com a independência e, no caso dos oriundos de Angola, talvez as dificuldades relacionadas com a turbulência política neste país.

No tocante ao arquipélago, a exaltação da independência impediu uma análise fria das possibilidades económicas, naturalmente sobreavaliadas em 1975. Alguns dos regressados iriam fazer o caminho de volta, outros, impedidos de o fazer, lamentariam a opção errada daquela época.

A independência provocou igualmente a saída de serviços<sup>18</sup>, alguns dos quais movidos pela percepção da fragilidade da sua posição, bem como pela premonição das dificuldades por que o arquipélago viria a passar. Porventura, terão baseado essa premonição na observação das mudanças do quotidiano nas roças após a saída dos europeus. À primeira vista, as cifras desse êxodo, ainda por apurar, não se afiguram significativas<sup>19</sup>, até porque os contingentes de mão-de-obra importada já vinham decrescendo desde os anos 60 (em 1961, contrataram-se pela última vez moçambicanos, 1970 seria o último ano em que ingressou mão-de-obra cabo-verdiana). Porém, a saída de serviços em 1975 terá tido efeitos económicos e sociais relevantes, para mais quando a esse movimento se somaram as consequências da orientação económica então adoptada.

Após a independência, a estatização da economia terá causado uma sangria de quadros. Operando em tandem, também os constrangimentos de ordem política devem ter empurrado outros são-tomenses para fora do arqui-

<sup>17</sup> João BONFIM alude a dificuldades de integração dos *kalúas*, são-tomenses assim chamados por causa da designação do navio que os trouxe a S. Tomé. Ele acrescenta que posteriormente essas dificuldades foram ultrapassadas (2000:33). Também MENEZES alude a dificuldades de integração experimentadas por esses são-tomenses naquela conjuntura, atribuídas ao “grau de ostracismo que ainda se verificava na altura em relação à emigração”. O tempo traria a integração desses são-tomenses (2002:49). Na realidade, parece não subsistir qualquer memória das dificuldades de integração desses regressados de Angola.

<sup>18</sup> Alguns terão ficado. Por exemplo, EYZAGUIRRE defende que os 9000 cabo-verdianos à data de independência foram encorajados a permanecer pelo governo independente, que terá negado vistos de saída aos que não tinham posses para os adquirir, cf. 1986:350.

<sup>19</sup> João BONFIM sustenta que grande parte dos 15000 serviços abandonou na altura o país (2000:20-21). ABREU defende que, com a independência, milhares de trabalhadores imigrantes regressaram aos países de origem, cf. 1992:38.

Não se sabe quantos foram, mas diga-se que a saída de um milhar de indivíduos já não era uma cifra despienda.

pélago<sup>20</sup>. Na realidade, emigraram indivíduos com experiência social diferenciada e com algum capital cultural, que, aliás, lhes devem ter servido para antever o rumo do arquipélago e, desse modo, preparar a opção de emigrar.

Com o tempo, a emigração deveria ser tacitamente conotada com a ideia de necessidades, o que colidia quer com a memória da situação nos derradeiros anos colonialismo, quer com a presunção de que a terra era rica. A emigração terá sido desencorajada pelos governantes com base na alegação de que os emigrantes, além de precisos na terra, viveriam mal fora dela. Reservada, também devia laborar a convicção de que, uma vez no exterior, eles se transformariam em potenciais opositores políticos. Em suma, a emigração não foi objecto de uma política, que além de aparentemente desnecessária, pareceria indiciar o fracasso das opções do pós-independência. Assim sendo, recusou-se ver a emigração como produto da evolução política e económica e, por causa do voluntarismo revolucionário que induziu os novos governantes a decidir os destinos individuais, a política de emigração resumiu-se ao arbítrio das instâncias governamentais sobre os pedidos de saída do país. Por outras palavras, na falta de uma política, a emigração era permitida, ou não, de forma casuística. A insularidade ajudava a contê-la, o que não obstou a que, nos anos 80, no pico das dificuldades de sobrevivência, se falasse de pessoas que se aventuravam mar adentro para chegar à costa, como, aliás, o tinham feito europeus degredados e africanos escravizados em Oitocentos.

Sem reeditar a discussão sobre racionalidade da decisão de emigração, dir-se-á, sem grande risco de erro, que tal decisão representou uma escolha voluntária – repisemo-lo, o mais das vezes estorvada pelas autoridades –, embora, como o grosso das escolhas feitas quotidianamente, nem sempre baseada em pressupostos claramente consciencializados, nem com cabal conhecimento e ponderação de todas as variáveis possíveis.

### **Políticas económicas e sociais e mobilidade interna**

Após 1975, a estatização da economia e as políticas de integração social, nomeadamente a promoção da escolaridade, tiveram como consequência migrações internas, cujo corolário se patenteia, actualmente, na elevada concentração demográfica na capital e zona limítrofe.

---

<sup>20</sup> Acerca da redução da liberdade política e das oportunidades sociais como factor conducente à emigração, consulte-se, por exemplo, AMADO 2004:14-15.

Respiguemos alguns dados: na década de 80, 30,6% da população residiria no distrito de Água Grande, onde se localiza a capital<sup>21</sup>. Mais recentemente, 60% da população concentra-se na capital e na zona peri-urbana num raio de uma dezena de quilómetros<sup>22</sup>. Em 1981, 1991 e 1997, a densidade demográfica do arquipélago rondaria os 96, 117 e 135 habitantes por km<sup>2</sup>, respectivamente. Já a do distrito de Água Grande passou de 1962 habitantes, em 1981, para 2565,5, em 1991, e para 3001 habitantes por km<sup>2</sup> em 1997<sup>23</sup>.

Estas cifras denunciam a aceleração do êxodo rural e da concentração da população nas cercanias da cidade de S. Tomé. Na realidade, afigura-se difícil inverter o processo de concentração urbana e parte do território queda abandonada, embora, pensando na agricultura, seja necessário referir que nem todo o território será cultivável.

Alguns autores defendem que o programa de divisão e de distribuição de terras terá travado a propensão para o êxodo do mato para a periferia da capital<sup>24</sup>. Dito de outro modo, os políticos, de alguma forma acompanhados por alguns estudiosos, desejariam poder contar com a fixação por vontade própria das pessoas nas zonas rurais. Porém, o êxodo rural e, a par disso, o abandono da agricultura parecem de difícil contenção, mesmo depois da distribuição de terras<sup>25</sup>.

A despeito da retórica de nivelamento social, as políticas do pós-independência prejudicaram a agricultura e, de caminho, a população rural<sup>26</sup>. Também por isso, durante anos foi-se desenhando o êxodo rural, designadamente dos mais jovens. Assim, se, em 1981, 52% da população activa se empregava na agricultura, em 1991, esta actividade só já absorvia 22% dessa população<sup>27</sup>. Na verdade, tendo tido origem na sobrecarga

<sup>21</sup> FERREIRA 1990:145.

<sup>22</sup> BARBOSA 2001:49.

<sup>23</sup> AMADO 2002:94; BONFIM, Feliciano 2001:15.

<sup>24</sup> MENEZES 2002:13.

Não temos dados bastantes para opinar sobre a eventual influência da distribuição de terras no estancar da mobilidade interna (afora isso, a maior disponibilidade de meios de transporte pode ter ajudado a fixar pessoas na zona rural, na medida em que terá facilitado as deslocações diárias à cidade). Todavia, até pela escassez de dados estatísticos, não se pode ir muito além da especulação no tocante à relação entre a distribuição de terras e a fixação no mato.

<sup>25</sup> AGUIAR dá conta de que muitas parcelas têm sido transaccionadas à revelia da lei, proporcionando aos vendedores o dinheiro necessário para emigrarem, cf. 2001:107.

<sup>26</sup> Consulte-se SEIBERT 1999:270.

<sup>27</sup> Feliciano BONFIM considerou tal evolução inquietante e até involgar para um país sub-desenvolvido, cf. 2001:17.

económica do sector agrícola no pós-independência, esta evolução é indiciadora de mutações de fundo que deverão acarretar problemas sociais de monta.

Vale a pena aludir à dimensão política da mobilidade interna que, ao contrário do habitual e tacitamente assumido, não se reduz a um processo meramente económico e social. Após 1975, delineou-se uma orientação política para se lograr uma dada configuração social. Tal implicou procedimentos administrativos e acções sociais dirigidos às populações rurais. No tocante à mobilidade interna, os mecanismos de integração e de promoção social, conquanto votados a fixar pessoas nas roças, não deixavam de sugerir a procura de proventos no espaço urbano. Talvez esses mecanismos devessem ter sido complementados com um suporte mais conseqüente da parte do Estado e, crê-se agora, com outra política económica, mormente no tocante à posse e ao usufruto da terra.

Vejam, o colonialismo pautou-se por uma forte contenção política, pela rotina no domínio económico e pela rigidez no relacionamento social. Até meados de Novecentos, essa política assentou em dispositivos coercivos que só viriam a ser removidos, ao menos parcialmente, nos últimos anos do colonialismo. Depois da independência, esbateram-se as facetas coercivas de outrora, mas implementaram-se outras normas condicionadoras do quotidiano. Nas roças, a jornada laboral voltou a ser de horário fixo, dificultando, por exemplo, a mobilidade física, igualmente prejudicada pelas crescentes dificuldades de transporte. De alguma forma, as roças continuaram a ser vistas como espaços distintos. Também não se favoreceu a mobilidade social e os ganhos salariais dos trabalhadores rurais nos primeiros tempos após a independência acabariam anulados ao cabo de alguns anos.

Em perda económica acentuada e irreversível, o sector agrícola acabou por perder qualquer réstia de atracção. Ora, a dado passo, as actividades do sector urbano – nomeadamente a administração estatal<sup>28</sup> – revelaram-se incapazes de absorção de novos membros da população acti-

---

<sup>28</sup> A este respeito, João BONFIM aduz argumentos interessantes: pessoas que, anteriormente a 1975, se dedicavam a actividades económicas tradicionais – pequeno comércio, pesca, pequena agricultura –, depois da independência consideraram-se desempregadas e procuraram emprego dependente, o mesmo é dizer, no Estado, o qual terá alargado a oferta de empregos em vista, não da necessidade, mas da disponibilidade de mão-de-obra. João BONFIM explica ainda que a procura de emprego no Estado tinha a ver com o prestígio que o antigo trabalho para a administração colonial concitava, prestígio que a estatização da economia veio aumentar, cf. 2000:60.

va. O problema daqui decorrente, ainda hoje em aberto, não se resolverá com o afluxo de receitas do petróleo, até porque, afora os efeitos de um possível dualismo económico, eventuais receitas petrolíferas poderão tender a chamar imigrantes. Para além da necessária procura de novas oportunidades económicas e sociais, esta problemática requer a abordagem da situação demográfica, em muito relacionada com a pobreza extrema.

Em termos sucintos, e relembando o peso dos interesses dos roceiros na importação de mão-de-obra e o conseqüente condicionamento da evolução demográfica, registre-se que alguns autores mencionam a década de 50 como a divisória entre dois tipos de estruturas demográficas em S. Tomé e Príncipe: até aos anos 50, juntamente com a mortalidade, os fluxos migratórios – isto é, a importação de braços –, teriam determinado a evolução e a estrutura demográficas<sup>29</sup>. De então para cá, ter-se-ia assistido à progressiva redução dos afluxos de gente e, paralelamente, ao rejuvenescimento e ao aumento da população local<sup>30</sup>.

Na verdade, apesar de prejudicado em períodos de crises agudíssimas, desde Oitocentos que se verificou um crescimento da população local. Esse crescimento ocorreu ao arrepio de algumas predições colonialistas sobre o definhamento e a degeneração dos nativos, mormente as formuladas em finais de Oitocentos. Curiosamente, tais predições, induzidas pelo pensamento racista então emergente, bem como pela aparentemente incontestada superioridade técnica da agricultura europeia, eram lavradas contra algumas evidências: se o empobrecimento relativo de uma fracção de nativos dava a ideia de um definhamento da sua *raça*, a verdade é que a mortalidade de imigrados, serviçais ou europeus, era elevadíssima. Acontecia apenas que, ao tempo, o paulatino crescimento da população nativa era como que secundarizado pelo enorme peso da população importada.

Como viria a salientar Francisco TENREIRO, a curva demográfica dos nativos pareceu não depender das crises económicas. Ou, por outra, a marginalidade social da população nativa não parecia afectar decisivamente o seu crescimento demográfico. Este crescimento era atribuível, ao menos parcialmente, à inexistência de emigração, a algum enquadramento sanitário e à natureza pródiga que abrigava das crises de fome<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> A este respeito, veja-se, por exemplo, HODGES e NEWITT 1988:52.

<sup>30</sup> Por exemplo, SACRAMENTO 1996:211-212.

<sup>31</sup> TENREIRO 1961:110.

Mau grado o crescendo de dificuldades económicas, ou também por causa dele, os factores propícios ao crescimento demográfico mantiveram-se após a independência, verificando-se um assinalável aumento populacional nos últimos anos, o que contribuiu para a agudização de vários problemas sociais.

### **As políticas e os destinos das migrações no pós-independência**

S. Tomé e Príncipe é um país em trânsito de séculos de sucessivas imigrações, mais ou menos forçadas conforme as conjunturas económicas e políticas, para uma época em que se esboçam vários fluxos migratórios<sup>32</sup>, em grande medida determinados por dificuldades económicas. Com efeito, o agravamento das condições de vida depois da independência alterou a conduta dos são-tomenses, impelindo-os à emigração<sup>33</sup>. Há anos, estimava-se em cerca de 15000 o número de residentes no estrangeiro<sup>34</sup>, cifra que talvez peque por defeito. Na Europa, as maiores comunidades encontram-se em Portugal, Inglaterra e Espanha. Em África, localizam-se em Angola e no Gabão, afora pequenos núcleos na Costa do Marfim e na Nigéria<sup>35</sup>.

Após 1975, a migração teve por destino o Gabão, país procurado por gente de menores posses decidida a desafiar a sorte e por indivíduos que se dedicavam ao comércio informal<sup>36</sup>. Este comércio – que, de certo modo, antecipou nalguns anos medidas governamentais atinentes à diversificação da agricultura e, pretende-se agora, à interacção comercial com as regiões vizinhas – foi lesado pelos crescentes embaraços nas comunicações regulares entre os dois países. A par disso, também o movimento de pessoas foi prejudicado. Refira-se que alguns dos radicados no Gabão eram vistos como opositores ao MLSTP no poder, o mesmo é dizer, como traidores à pátria.

Já em meados da década de 80, concomitantemente com os primeiros sinais de distensão política sobreveio a normalização das relações entre os dois países. Anos depois, mais precisamente em 1993, na sequência de

---

<sup>32</sup> MENEZES 2002:39.

<sup>33</sup> BONFIM, João 2000:42.

<sup>34</sup> BARBOSA 2001:40.

<sup>35</sup> AMADO 2002:99.

<sup>36</sup> BONFIM, João 2000:40; MENEZES 2002:48.

dificuldades económicas, as autoridades do Gabão adoptaram medidas de expulsão de imigrantes em situação irregular, as quais não pouparam os são-tomenses<sup>37</sup>. Na verdade, desmentindo concepções idealistas, as dificuldades económicas e os atritos de natureza política ou administrativa continuam a vincar diferenças e a pesar mais do que propaladas afinidades culturais.

Depois de ter sido refúgio para alguns dos são-tomenses empobrecidos, que se decidiram pela emigração por causa das gravíssimas carências na sua terra no tempo do partido único, o Gabão continua a albergar uma comunidade são-tomense e, talvez também por isso, a ser um destino procurado pelos chamados *candongueiros*, que se afoitam no comércio dito informal. Porém, é possível que os novos alinhamentos geo-estratégicos do país venham a reduzir a importância do Gabão enquanto destino migratório.

Na senda do sucedido até 1975 e em razão do estreitamento de laços políticos e económicos após as independências, Angola continuou, apesar da guerra civil e das dificuldades do quotidiano, a acolher são-tomenses. Para tal movimento migratório terão contribuído os são-tomenses que continuaram a viver em Angola e que constituíram um apoio para os que emigraram esperançados em encontrar ali algum modo de vida. Os são-tomenses terão tido uma facilidade relativa em certos segmentos do mercado de trabalho, alcandorando-se mesmo, graças também à estreita sintonia política dos dois países, a posições de responsabilidade administrativa<sup>38</sup>. Em caso de estabilidade política e social, Angola poderá tornar-se um destino apelativo para são-tomenses com qualificação literária e técnica superior, caso em que se assistiria, uma vez mais, à expatriação da elite local, de acordo, de resto, com a prevalência desta tendência nos pequenos espaços insulares. É igualmente possível que um movimento similar se dê entre outros segmentos de mão-de-obra, pelo que importará interrogarmo-nos acerca das repercussões de tais movimentos migratórios na capacidade produtiva local<sup>39</sup>, que crescerão a eventuais efeitos da renda do petróleo.

---

<sup>37</sup> Ao tempo, S. Tomé viu chegar um navio com emigrantes que terão sido objecto de troca por parte das vendedoras de rua, as *palaiês*, uma atitude em parte explicável pelo ressentimento associado à poligamia multipolar, cf. BONFIM, João 2000:38.

<sup>38</sup> BONFIM, João 2000:37 e 106.

João BONFIM alude a redes de emigração que abusaram da inexperiência dos migrantes, mas também refere as possibilidades existentes em Angola para rápidas ascensões económicas e sociais, cf. 2000:36.

<sup>39</sup> Neste momento, sopesam-se as desvantagens de um tal fluxo migratório, que se traduziria na diminuição da qualificação técnica necessária a um desempenho consentâneo com as necessidades da administração e do desenvolvimento; a este respeito, veja-se BARBOSA 2001:94.

Em Portugal, a comunidade são-tomense deverá remontar aos primeiros decénios de Novecentos. Ao longo de sucessivas gerações, compôs-se de filhos (da elite) da terra, que não voltavam após efectuarem os seus estudos<sup>40</sup>. Na época colonial, esse grupo ter-se-á mantido pequeno. Não só por isso, como também pelo diferente recorte social comparativamente, por exemplo, com os cabo-verdianos, mais numerosos e com uma percentagem expressiva de elementos afectos a trabalhos braçais, os são-tomenses não tinham visibilidade aparente.

O seu número cresceu após o 25 de Abril. Alguma emigração dessa altura terá tido motivações políticas. Para além de são-tomenses saídos de Angola em vista das dificuldades derivadas da guerra civil, Portugal acolheu são-tomenses que deixaram o arquipélago por questões políticas. Para um autor são-tomense, parte significativa dos “Filhos da Terra” abandonou o país em 1975, instalando-se em Portugal. AMADO cita opiniões segundo as quais a independência e, com ela, os “receios (infundados)” dos “Filhos da Terra” relativamente à reacção da maioria da população se constituíram como causa do abandono das ilhas por são-tomenses<sup>41</sup>. Embora também BONFIM aponte casos de receio de perseguições ou de represálias, bem como de descrença nos novos governantes, a formulação de AMADO é menos vulgar, mormente por aludir a clivagens que, durante anos, passaram em claro. Noutros termos, é crível que a instrumentalização por parte de independentistas mais radicais de segmentos populares contra elementos da elite tradicional tenha afugentado vários são-tomenses para Portugal. Aliás, em resultado da agitação política, ainda antes da independência, alguns desses elementos mais radicais acabariam igualmente por rumar a novo exílio.

Previsivelmente, noutras saídas prevaleceram laços de índole familiar, de proximidade afectiva ou de dependência material. Alguns são-tomenses acompanhariam os colonos então retornados<sup>42</sup>. Diferentemente do sucedido noutras colónias, poucos seriam os europeus que não retornavam. No arqui-

---

<sup>40</sup> Esse grupo era composto por quadros técnicos, enfermeiros, professores, médicos, engenheiros, entre outros, cf. BONFIM, João 2000:21.

Numa certa perspectiva, pode falar-se de uma tendência da elite para a expatriação em resultado da insularidade, neste caso independentemente do enraizamento no grosso da população de uma cultura de emigração.

<sup>41</sup> AMADO defende estarem por estudar os contornos desta migração, desde os motivos ao perfil sociológico (2002:99). Por exemplo, é difícil estimar a que corresponderá “parte significativa” dos *filhos da terra*.

<sup>42</sup> BONFIM, João 2000:28-29.

pélagos, a presença europeia fora sobretudo um instrumento da hegemonia e da laboração das roças. Tal facto e a dinâmica da descolonização retiravam aos europeus razões e oportunidade para quaisquer reivindicações.

Sob variados pretextos, a migração por razões políticas tornou-se corriqueira. Se no tempo colonial, a expatriação podia conduzir a um exílio, depois da independência, a emigração para Portugal e para outros destinos constituiu-se como uma saída para os politicamente derrotados. Mesmo após a liberalização política, o fim de perseguições não impediu que alguns emigrassem por razões de cariz político.

Após a independência, muitos são-tomenses viram-se na condição de refugiados. Evidentemente, não se falará de um êxodo de refugiados<sup>43</sup>, longe disso<sup>44</sup>, mas vários são-tomenses deixaram o arquipélago mais ou menos coagidos durante o regime monopartidário, por se sentirem ameaçados ou impedidos de fazer a sua vida. Em suma, dificuldades económicas extremas e intolerância política determinaram o fluxo migratório para Portugal<sup>45</sup>.

Cumprir dizer que embora as razões políticas tenham parecido um argumento válido e particularmente conveniente para justificar uma escolha, amiúde elas terão sido um motivo secundário e, porventura, forjado à posteriori. Mais do que por razões políticas, muitos estudantes ficaram em Portugal devido à antevisão das imensas dificuldades económicas, que desmentiam a hipótese de uma vida consentânea com as aspirações decorrentes da sua formação. Outras pessoas, aproveitando a oportunidade de uma breve estada ou passagem por Portugal, aventuraram-se a ficar e a viver clandestinamente, preferindo este cenário a voltar para as sofríveis condições de sobrevivência nas ilhas.

---

<sup>43</sup> O facto do paternalismo se aliar ao complexo colonizador, o facto de se tolerar a feição ditatorial por consentânea com um suposto caminho a percorrer por sociedades em vias de estruturação e de consolidação do seu Estado, o baixo grau de violência letal do regime autocrático foram as várias circunstâncias que geraram a dificuldade de considerar alguns dos são-tomenses saídos como refugiados.

<sup>44</sup> Como se inferirá dos dados abaixo referidos, o crescimento de são-tomenses tornou-se notório já depois do período de maior virulência do regime de partido único, coincidindo em parte com a fixação de estudantes que, depois de formados, não regressaram ao país.

<sup>45</sup> Para João BONFIM, a eliminação de concorrentes motivada pela rivalidade no seio do MLSTP “acabou por fundar uma certa cultura das relações políticas e institucionais” em S. Tomé e Príncipe. Estes processos de exclusão determinaram o “início da nova era do movimento de refugiados e emigrantes santomenses”. Como se referiu, entre esses emigrantes, estiveram os elementos mais radicais da Cívica saídos para Portugal e para Moçambique, cf. 2000:82 e 91.

Portanto, a emigração processou-se frequentemente de forma dissimulada, não só pelos escolhos no arquipélago quanto também pelos óbices apostos à entrada e à legalização de imigrantes em Portugal. Alguns dos que arriscaram a sorte tiveram apoio de familiares e de amigos que os tinham precedido na decisão de emigrar.

Previsivelmente, a comunidade são-tomense em Portugal não cessou de crescer:

### SÃO-TOMENSES EM PORTUGAL

1981	1547 <sup>46</sup>
-	
1986	1563
1987	1625
1988	1730
1989	1873
1990	2034 <sup>47</sup>
1991	2183 <sup>48</sup>
-	
1996	4092 <sup>49</sup>
-	
1998	4338 <sup>50</sup>
-	
2001	8009 <sup>51</sup>

<sup>46</sup> Dados do INE referentes ao censo de 1981. Segundo dados do Ministério da Administração Interna, os são-tomenses com residência legalizada eram 786, cf. SAINT-MAURICE e PIRES 1989:212.

<sup>47</sup> Dados de são-tomenses legalizados segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para os anos de 1986 a 1990, citados por BONFIM, João 2000:30.

<sup>48</sup> Em 1991, existiriam 2183 imigrantes são-tomenses segundo o SEF, 2007 segundo o censo, cf. BONFIM, João 2000:25-26 e 30.

<sup>49</sup> Em 1996, segundo o *Público*, existiriam 4092 são-tomenses radicados em Portugal, cf. BONFIM, João 2000:25.

<sup>50</sup> Em 1998, existiam 4338 são-tomenses legalizados, cf. BONFIM, João 2000:28.

<sup>51</sup> Em 2001, o número oficial de são-tomenses em Portugal era de 8009, o que, à data, representaria 5,7% do total de habitantes de S. Tomé e Príncipe. A esse número terá de se somar o número dos não legalizados (cf. MENEZES 2002:50). Talvez também esta cifra peque por defeito.

Assinale-se, ainda, a necessidade de entrar em linha de conta com os que obtiveram a nacionalidade portuguesa. Os são-tomenses entrementes naturalizados devem constitu-

Em jeito de balanço, para BONFIM, a actual emigração compõe-se de projectos individuais “pouco amadurecidos e mal planeados”, à margem da decisão familiar e sem “garantias no país de acolhimento”<sup>52</sup>. A este diagnóstico subjaz, talvez, a pretensão de ver o processo migratório enquadrado por instâncias estatais para salvaguarda da dignidade dos migrantes são-tomenses, uma preocupação mais presente nos discursos dos políticos e dos intelectuais do que no íntimo dos que emigram.

### **Os contornos políticos da emigração**

Se nos interrogarmos sobre os contornos políticos da emigração, concluiremos que tem sido pouco explorado o impacto da ideologia e das práticas políticas sobre a emigração no pós-independência.

Assinalou-se o peso negativo do opróbrio moral e político que, durante o regime monopartidário, impendeu sobre os emigrantes<sup>53</sup>. João BONFIM refere que os haveres dos que emigravam, considerados desertores, eram confiscados e os benefícios sociais a que tinham direito pela actividade até então desempenhada eram cancelados. Tal prática não tinha cobertura legal ou, em alternativa, escorava-se em disposições legislativas arbitrárias e persecutórias acobertadas pela legitimidade revolucionária<sup>54</sup>. Para além da questão mais imediata da apropriação dos bens – decerto menos imputável a uma sanha contra os que emigravam do que à disputa de pequenos ganhos entre os que ficavam e estavam em condições de invocar a legitimidade revolucionária e de se justificar com a ideia de que o emigrante traía a sua condição de são-tomense – operava uma configuração ideológica que diminuía moralmente os que emigravam e que, durante algum tempo, terá tido alguma aceitação social entre os que se quedaram nas ilhas.

Cumprirá frisar que a perda de direitos, por exemplo, de subvenções sociais, não brotou apenas, nem sobretudo, do menosprezo pelo emigrante. Resultou igualmente das dificuldades financeiras e da desorganização que, embora não sendo politicamente neutras, não atingiam

---

ir a maioria dos actualmente cidadãos portugueses nascidos em S. Tomé e Príncipe. Segundo o censo de 1991, perfaziam 3523 indivíduos (BONFIM, João 2000:27). Em relação a estes, deve dizer-se que, em muitos casos, se distanciam da condição de emigrantes até pelo alheamento mais vincado relativamente à terra de origem.

<sup>52</sup> BONFIM, João 2000:104.

<sup>53</sup> Por exemplo, MENEZES 2006:49.

<sup>54</sup> BONFIM, João cf. 2000:22.

apenas os emigrantes. A arbitrariedade e o confisco atingiam igualmente os que permaneciam na terra. À medida que se avolumavam as dificuldades económicas e, de caminho, a discricionariedade, a inobservância de deveres contratuais relativos a prestações sociais ter-se-á valido do suposto antagonismo político dos emigrantes (bem como do facto de, com o abandono da terra, estes perderem capacidade de mobilizar empenhos de natureza clientelar para desbloquear decisões administrativas a seu favor).

Fosse como fosse, os emigrantes eram tratados de anti-patriotas, sendo responsabilizados pelo atraso em que o país permanecia<sup>55</sup>. Na verdade, a politização de todos os itens da vida levava a atribuir um posicionamento pró ou contra S. Tomé e Príncipe, o mesmo é dizer contra os respectivos governantes. Ora, em muitos casos, a opção pela emigração tinha como primeira motivação a situação económica. Mas, em razão das circunstâncias expostas, os emigrantes acabavam por se tornar opositores do regime de partido único.

Talvez não seja erróneo relacionar o supracitado opróbrio com efeitos políticos a obter de uma visão ideologizada da interacção racial (sem dúvida, subordinada à assimetria entre brancos e negros) do tempo do colonialismo. Após a independência, os governantes pretenderam manter essa visão operante para reforçarem a sua legitimidade. Neste ponto, pautavam-se por alguma duplicidade: salvo acidentes de percurso devidos ao fervor revolucionário, as relações de Estado a Estado com a antiga metrópole colonizadora nunca foram seriamente questionadas. Mas, internamente, e a despeito do excelente acolhimento popular de que desfrutavam os cidadãos portugueses, mencionava-se a toda a hora e momento o aviltamento da era colonial. Ora, justamente por causa da ênfase na politização de todos os aspectos da vida e da crescente crispação política no arquipélago – contida mas latente –, a emigração passava a comportar, conquanto implicitamente, uma escolha, também política, entre o regime implantado e a antiga metrópole colonial.

Como dissemos, apesar de não haver uma política explícita sobre emigração, esta foi, como todas as outras vertentes da vida social, considerada matéria de administração de pessoas. O controlo foi muito enfundado pelo fervor revolucionário e, amiúde, a permissão de saída era decidida casuisticamente.

---

<sup>55</sup> BONFIM, João 2000:22 e 29.

Também por causa desta política importa relativizar a ideia de que, ao contrário do período colonial, não houve fechamento<sup>56</sup> político, social, cultural e outro. O que sucedeu foi que, devido a dificuldades económicas, bem como a complicitades e a compadrios com que se torneavam disposições adversas, esse fechamento não impediu que, a despeito da punição social, política e económica associada à emigração, esta crescesse.

### **Padrões culturais e migrações**

Face às mudanças no mundo actual, a mobilidade parece revelar-se um ganho e, aqui e além, a predisposição para a migração é política e socialmente valorizada. Num certo sentido, é como se o desempenho em contextos migratórios se tivesse tornado um aferidor das qualidades de um povo, considerado como uma entidade etnológica. A par disto, a intuição da valia da emigração, mormente como alívio para a pressão social e como uma possível alavanca do desenvolvimento, lembrou a indagação da predisposição cultural dos são-tomenses relativa à migração. À primeira vista, são patentes as reticências à emigração. Contudo, não parece líquido que supostas reticências face à emigração radiquem numa dada predisposição cultural, menos ainda numa predisposição irremovível. Decerto, uma tradição migratória fomentará a apetência para emigrar, mas não é claro que o facto de não ocorrer um processo migratório (ou deste ser contido) resulte de uma mentalidade avessa à emigração. Nas circunstâncias actuais, nem sequer é certo que subsistam reservas de monta quanto à emigração. O que se toma por reservas face à emigração poderão ser lucubrações sugeridas pelos empecilhos económicos, políticos e administrativos existentes dentro e, neste momento, fora do arquipélago à mobilidade dos são-tomenses.

Seja como for, autores são-tomenses quiseram perscrutar os fundamentos culturais dessa atitude reservada relativamente à emigração (um inquérito que, ele sim, constitui um desiderato cultural e ideológico, de alguma forma imbuído de uma ideia de vitimização comum nas análises de cariz histórico e político sobre o arquipélago). Assim, filiaram tal alegada

---

<sup>56</sup> Ainda que pareça um pormenor de somenos, diga-se que esse fechamento é indiciado pela evolução do traje que, depois de africanizado no período imediatamente subsequente à independência, passou a ser austero e passadista nos anos 80. A recuperação e a exaltação dos motivos estéticos africanos só ocorreram após a liberalização política, dentre cujos efeitos se conta o da remoção da austeridade moral do regime de partido único.

reserva na memória da mobilização de mão-de-obra na era colonial, que, cumpre especificar, não foi necessariamente violentadora dos são-tomenses, antes se abateu sobre os serviçais contratados para as roças.

Para João BONFIM, a importação de serviçais ao longo de décadas passadas ainda condiciona as representações sociais dos são-tomenses acerca dos movimentos migratórios. No intuito de caracterizar a visão que arreda os são-tomenses da emigração, ele realça que o emigrante é equiparado a um indivíduo condenado à servidão e à marginalidade a que se sujeitam os incapazes de salvaguardar a sua dignidade. Assim se explica, por exemplo, não só a ostracização do serviçal pelo são-tomense no passado, como também a presente escusa a emigrar de quem não se quer sujeitar a idêntica condição, designadamente à subalternidade e ao mau tratamento num qualquer país de acolhimento<sup>57</sup>. Esta explicação de BONFIM contém passos interessantes, outros discutíveis. O autor admite que, no passado, prevaleceu uma prática de ostracismo relativamente aos contratados, que imputa a clivagens induzidas pelo poder colonial<sup>58</sup>. Embora genericamente de acordo, preferimos falar de demarcação social dos nativos relativamente aos serviçais, com a qual aqueles tentavam preservar a sua posição social intermédia na sociedade colonial. Esta procurada demarcação face aos serviçais escorava-se na possibilidade de uma vida pobre mas independente, apoiada numa pequena gleba. Trata-se, não de uma especificidade são-tomense, mas de um processo comum em sociedades onde, ao dualismo económico, não se somavam esquemas políticos e administrativos capazes de forçar pequenos proprietários a trabalhar em empreendimentos capitalistas. Aliás, essa demarcação deveu-se igualmente à preferência dos roceiros por braços imigrados e, ainda, ao facto de os são-tomenses acedem a postos subalternos da administração colonial e a mais empregos na cidade de S. Tomé. O ponto discutível prende-se com o amalgamar a que, ressaltando uma dada continuidade histórica, BONFIM procede entre o serviçal de outrora e o emigrante de hoje para redimir, se assim se quiser, o são-tomense de uma atitude menos afoita no tocante à emigração.

Independentemente dos pontos de contactos entre o serviçal de outrora e o emigrante actual, não é crível que prevaleça uma identificação entre as duas condições e, menos ainda, que a memória do *contrato*

---

<sup>57</sup> BONFIM, João 2000:18-19.

<sup>58</sup> Afora outros, João BONFIM arrola como motivos da animosidade relativamente aos contratados a instrumentalização destes quando do massacre de Batepá em 1953, bem como a respectiva incorporação na polícia ao serviço da administração concelhia, cf. 2000:18.

sugira tal identificação, até por estarmos a considerar uma população potencialmente migrante constituída, sobretudo, por jovens socializados num contexto já radicalmente diverso do colonial. Esta interpretação privilegia o passado e esvazia o contributo das recentes mudanças sociais e culturais, com certeza mais decisivas do que a alegada arbitrariedade de governantes e dos roceiros sobre populações outrora trazidas ao arquipélago para trabalhar em condições definidas pela arquitectura política colonial. Em suma, nesta posição, em parte induzida por uma certa vitimização, parece muito exacerbado o peso da memória da imigração degradante dos serviçais. Depois da descoberta das vantagens económicas e sociais da emigração, BONFIM procurou no aviltamento da força de trabalho servil e contratada para as roças as razões da pouca propensão para a emigração. Ora, o colonialismo será responsável por uma situação social vivida nas roças, hoje indesculpável. Porém, essa situação em pouco ou nada determinou a actual propensão, ou não, para partir. Esta propensão pode resultar, por exemplo, de bruscas mudanças sociais, assim como de uma decantada cultura migratória. Todavia, a sua inexistência, podendo ter a ver com o imobilismo de uma sociedade hegemónica pelos roceiros, não tem necessariamente a ver com os moldes de trabalho nas roças.

Defendeu-se igualmente que não só o modo de vida dos são-tomenses e respectivos valores excluía o abandono da sua terra, como era fraca a compreensão para com os emigrantes, em especial em caso de insucesso<sup>59</sup>. Neste ponto, a explicação vai ao encontro de um traço comum a muitos processos migratórios, relacionado com as expectativas de redistribuição dos ganhos por parte dos que se quedam pela terra natal.

Conquanto menos considerada, outra explicação das reticências à emigração poderá ater-se aos estereótipos sobre a riqueza do país, uma terra farta e cujas dificuldades, transitórias, se deveriam apenas à má governação.

---

<sup>59</sup> BONFIM, João 2000:4 e 10, respectivamente.

A este respeito, muito mais sugestiva do que as alusões acerca da analogia entre opressões do passado e as eventuais humilhações do presente, é a referência à sátira, inserta nas várias formas de divertimento popular – *tlevas* e *vindes menino*, entre outras –, que recai sobre aqueles que fracassaram nos seus projectos de migração, cf. ídem:10.

É de notar que se pode considerar que as menções satíricas aos *eternos estudantes* correntes na disputa retórica entre governantes e oposicionistas expatriados podem entroncar nesta satirização da vida social até há anos comum em S. Tomé e Príncipe.

Seja como for, BONFIM chegou à ideia de uma aversão ou de uma cultura anti-migratória<sup>60</sup>, com o que se negaria não apenas um traço comum nos pequenos espaços insulares – o da propensão para a expatriação e para a emigração –, como também um multissecular padrão de vida de muitos africanos. No caso de S. Tomé e Príncipe, estaríamos perante uma sociedade que se teria eximido a tal processo, a que tiveram de se ajustar muitas outras, designadamente as que forneceram braços ao arquipélago.

Em síntese, por várias razões, a emigração não se colocaria no leque de opções dos são-tomenses para procurar vida. Neste ponto, eles distinguir-se-iam dos demais africanos e, concretamente, dos cabo-verdianos, para quem a emigração constitui uma quase prioridade na vida. A questão a discutir é se o que se toma por um dado sedimento cultural não resulta, sobretudo, das dificuldades apostas à emigração e se esse sedimento não mudaria célere e radicalmente caso existissem reais possibilidades de concretizar os intentos de emigração.

### **Migrações, diáspora e nação**

Talvez a maior consequência política para S. Tomé e Príncipe da falta de uma emigração significativa tenha sido a do fechamento político após 1975, que talvez não tivesse conhecido contornos tão drásticos se existisse uma forte migração são-tomense. A falta dessa migração favoreceu o isolamento e o imobilismo (com que se perpetuou, quando não se aprofundou, um legado colonial) procurados pelos dirigentes do regime de partido único, com o que se poderemos relacionar o beco económico a que o país foi conduzido nos anos subsequentes à independência. Para além da responsabilidade colonial no défice de qualificação humana, após 1975, parte significativa da escassa massa qualificada permaneceu fora do país e, uma vez cerceados os laços com os emigrantes, o regime não sofreu pressão política significativa que o obrigasse a questionar as suas políticas.

Por igual modo, a ausência de uma política de emigração significava que o país não pensava nos seus emigrantes e, quando o fez, foi amiúde para o regime justificar uma postura política defensiva. Também

---

<sup>60</sup> Denotada, por exemplo, pela circunstância do termo *emigrar* não ser usado na linguagem corrente ou coloquial, nomeadamente para referir os intentos de emigração, usando-se, ao invés, as expressões *ir de viagem* ou *vontade de sair*. Tal termo é igualmente ignorado na linguagem de órgãos oficiais, cf. BONFIM, João 2000:22 e 24, respectivamente.

tardou a despertar para a sua diáspora<sup>61</sup>, de resto, uma noção que se foi impondo de fora para dentro. Com efeito, desde há anos, vem surgindo uma tentativa de afirmação da diáspora, cujo pólo mais dinâmico se localiza em Portugal. Porém, contra esse processo militam a pobreza e a marginalidade, quando não a clandestinidade, de uma fracção dos emigrantes. Afora isso, também não sabemos se a indiferença relativamente ao associativismo nas ilhas não é replicada em Portugal e se não se olha com cepticismo as tentativas de protagonismo no seio desse associativismo. É de admitir que o reforço dos vínculos familiares e, por conseguinte, da identidade colectiva<sup>62</sup> se processe à margem da afirmação institucional da diáspora.

Neste plano, os emigrantes em Lisboa – que, a par de Angola, talvez seja dos destinos com ambiente mais favorável à actividade associativa e política dos são-tomenses – abordam temáticas como as condições de vida e a valorização da diáspora. Ao mesmo tempo, lançam o olhar sobre o rumo da democracia e a incidência da corrupção na terra natal.

Justamente, a diáspora – ou quem, socialmente mais diferenciado, a representa – pretende-se talhada para o diálogo político com os governantes em S. Tomé e Príncipe. Mais, hoje, os emigrantes tentam ser uma consciência crítica do rumo político do arquipélago.

Para além da afirmação da comunidade no país de acolhimento, os emigrantes tentam igualmente erigir-se numa diáspora, de alguma forma um sinal da elevação do seu patamar cultural e social. Ainda em fase de afirmação de si própria, a diáspora não reflecte, por ora, muito mais do que uma consciência emergente da parte de alguns emigrantes sobre a necessidade da sua participação cívica e política. Construção multifacetada em curso, a diáspora está ainda longe de uma institucionalização<sup>63</sup> que lhe aumente a representatividade e a importância social e política. Alguns passos dados nesse sentido mostram-se inconsequentes. Replicando a debilidade da sociedade civil nas ilhas, os esforços associativos da diáspora

---

<sup>61</sup> Diferentemente, em Cabo Verde já se teoriza acerca da nação diasporizada, cuja identidade de há muito vem sendo talhada nessa diáspora reconhecidamente excessiva em relação ao seu território; a este respeito, consulte-se SILVA 2003.

<sup>62</sup> Pensando nos que entrementes se nacionalizaram portugueses, João BONFIM alega que esses são-tomenses ou de ascendência são-tomense se “integram na sua comunidade cultural e étnica assumindo no essencial os hábitos e os costumes” de S. Tomé e Príncipe, cf. 2000:27.

<sup>63</sup> Em Portugal criou-se 1997 a Associação da Comunidade de S. Tomé e Príncipe, cf. BONFIM, João 2000:20.

ainda são débeis<sup>64</sup>. Pese embora a regularidade de certas realizações, elas apenas alcançam um universo reduzido. Outras, de maior vulto, induzidas pelo mimetismo ou pelo voluntarismo, tornam-se susceptíveis de instrumentalização. Em Outubro de 1998, em Lisboa, realizou-se o Encontro Nacional de Quadros de S. Tomé e Príncipe. Voltou a efectuar-se um encontro, desta feita em S. Tomé, mas por aí se parece ter quedado tudo. Como referimos, resta saber se tal inconsequência não espelha um juízo negativo sobre a valia dos propósitos e dos esforços associativos e se não reflecte, em suma, uma descrença.

Num certo sentido, textos recentes de Inocência MATA<sup>65</sup> traduzem a consciência de alguma importância que os emigrantes se atribuem a si próprios e que pretendem ver reconhecida pelo poder político em S. Tomé e Príncipe. Contudo, a afirmação dos emigrantes e a institucionalização da diáspora também dependem do suporte político do governo são-tomense. Ora, tal não existe ou é negligenciável.

Durante anos, foi na emigração que se congregaram os oposicionistas, embora o impacto da sua acção tenha sido quase sempre diminuto e, quando do golpe das canoas, risível. Mau grado as fragilidades organizativas na diáspora, entre os emigrantes subsiste um agudo criticismo relativamente às políticas em S. Tomé e Príncipe. Em todo o caso, o fraco peso económico e político da emigração obsta a que tais vozes tenham maior eco nas ilhas.

De outra perspectiva, o laço com o poder político na origem permanece como algo de importante na determinação do destino das comunidades emigrantes. Por exemplo, assim como outrora as condições de vida dos trabalhadores contratados também dependiam do zelo dos governos das colónias de origem, também agora se afigura consensual que o empenhamento do governo de S. Tomé e Príncipe pode influenciar, minimamente que seja, a condição dos seus emigrantes. E, independentemente da inconsequência da política e das medidas do governo no suporte aos seus emigrantes – alguns em condições precárias, como seja o caso dos beneficiários de acordos no domínio da saúde<sup>66</sup> – existe outra dimensão

---

<sup>64</sup> A debilidade associativa também reflecte tanto as reservas quanto os expedientes mais ou menos inconsequentes dos governos dos países de acolhimento no atinente à criação de mecanismos de integração e de acomodação social.

<sup>65</sup> MATA 2004.

<sup>66</sup> João BONFIM defende, por exemplo, a organização e o controlo de processos de emigração, a serem objecto de negociação política com Portugal, para se lograrem benefícios para os emigrantes (cf. 2000:124). Naturalmente, enquanto proposta política, tal sugestão merece discussão. Todavia, por um lado, o Estado são-tomense nem sequer os compromis-

importante, a do peso que politicamente se concede aos expatriados. Por enquanto, ela permanece rala.

O relevo esporadicamente conferido no plano performativo e ritual à emigração não tem tradução comparável no dia-a-dia da política no arquipélago. Evidentemente, hoje já ninguém questionará a cidadania são-tomenses dos emigrados, mas as estratégias no sentido de tornar a diáspora um empreendimento económico vantajoso parecem ainda inexistentes.

Ademais, apesar de ser a que reunirá maior percentagem de são-tomenses com mais elevada qualificação técnica, pode supor-se que a comunidade<sup>67</sup> em Portugal poderá perder importância devido ao rumo da inserção geo-política do arquipélago. Trata-se de um processo com repercussões profundas, porquanto poderá induzir a uma disjunção entre o país e parte dos seus migrantes. Na verdade, esse afastamento ligar-se-á igualmente ao supracitado facto da emigração polarizar as críticas ao desempenho governativo nas ilhas. A vincar-se o já corriqueiro afastamento entre as comunidades na diáspora e os governos do arquipélago, neste particular, os governos do regime democrático não se viriam a distinguir do que, afinal, caracterizou o regime de partido único.

Seja como for, as opções no domínio do relacionamento entre os do arquipélago e os da diáspora não deixarão de ter implicações no desenvolvimento do país.

### **Perspectivas e problemas actuais**

A fuga de cérebros tem sido referida como uma tendência dos pequenos estados insulares<sup>68</sup>. O êxodo de quadros tolhe o desenvolvimento, entre outras razões, pela escassez de competências para atender aos múltiplos problemas suscitados pelo ambicionado desenvolvimento sustentável e pelas mudanças sociais em curso<sup>69</sup>. Sem negar tal encadeamento causal, acrescentaríamos que essa fuga, conquanto passível de imputação a um condicionalismo estrutural, deverá igualmente ser encarada como

---

... para com os seus nacionais tem conseguido cumprir. Por outro, tal poderá conduzir a formas de intromissão tutelar e, a prazo, indevidas da administração estatal na emigração.

<sup>67</sup> Tal como nas ilhas, na emigração o termo “comunidade”, funcionando embora como designação aglutinadora, serve igualmente o fim de cerzir as diferenças de carácter económico e social entre os emigrantes.

<sup>68</sup> MENEZES 2002:26.

<sup>69</sup> Veja-se, por exemplo, BARBOSA 2001:18.

uma resultante das políticas adoptadas. Dito de outro modo, para além da inexorável influência da exiguidade do país, os factores conjunturais – concretamente, as políticas – têm relevância na expatriação de quadros. À cabeça dos factores que expulsam os quadros estarão as baixas remunerações. A fraca dinâmica económica não obsta ao aumento relativo da carência de oportunidades. Praticamente não há sociedade civil nem dinamismo económico à margem do Estado. Também por isso, subsiste alguma conflituosidade entre quem chega detentor de uma capacidade técnica e quem, estando de posse de uma posição de poder, não a pretende ver questionada por uma nova competência. As queixas relativas à arquitectura política e clientelar como óbice ao retorno ou como razão para a emigração não desapareceram: com efeito, enquanto no tempo do partido único, a feição ditatorial do regime constituía o alegado empecilho ao regresso<sup>70</sup>, actualmente fala-se na corrupção e na acumulação indevida de recursos e de oportunidades. Numa sociedade algo fechada, quem chega sujeita-se a percorrer a via-sacra de lealdades, do que, mais do que da sua competência técnica, depende a sua ascensão social. Afora este aspecto, ainda sobram os efeitos do ainda pouco enraizado pluralismo político e da pouca tolerância para com as diferenças<sup>71</sup>. Em suma, no arquipélago persistem os factores de alguma conflituosidade surda e da estigmatização dos emigrantes.

Tal ambiente pode constituir um óbice ao retorno e complicar a reinserção dos emigrantes. Se, como outrora, os problemas políticos<sup>72</sup>, as dificuldades económicas e, ainda, as limitações de um horizonte insular determinaram a partida de são-tomenses, agora, a antevisão da rarefacção das oportunidades e das consequentes tensões associadas à sua disputa desincentivam o respectivo regresso.

---

<sup>70</sup> Reportando-se ao regime monopartidário, João BONFIM referiu as decisões económicas contrárias à ligação dos são-tomenses emigrantes à terra natal, como, por exemplo, a proibição de dispor de divisas em S. Tomé e Príncipe, cf. 2000:29-30.

Diga-se que tais condições prejudiciais aos emigrantes não os visavam enquanto tais, sendo antes um resultado da política económica e financeira do novel Estado. Naturalmente, a ter existido uma tradição e uma cultura de emigração, que sugerisse maior abertura ao mundo, as opções económicas e financeiras poderiam ter sido diferentes.

<sup>71</sup> Assinalado por João BONFIM 2000:92-93; veja-se também MATA 2004.

<sup>72</sup> Já no regime democrático, mais do que como escapatória económica e social, a emigração tem sido encarada por actores políticos como solução temporária para acomodar derrotas na política e para ajudar a diluir a memória local dessas derrotas. É certo que esta representação da emigração diz respeito sobretudo aos políticos, mas ela contamina a visão que corre dos emigrantes.

Numa perspectiva menos negativista, argumentar-se-á que a emigração contribuiu para minar o poder autocrático instalado após a independência, embora, no imediato, o poder dos dirigentes parecesse sair reforçado com a saída de cena dos adversários. Da mesma forma, uma vez arredada a visão ditatorial, o regresso de alguns quadros tem vindo, apesar de tudo, a constituir-se como factor de mudança social.

Assim, mais do que aludir, em tom conformado, ao problema da fuga de quadros, importaria encarar aquilo que se afigura uma tendência pertinaz e considerar as possibilidades de minorar as suas consequências negativas, mormente por meio de políticas que atraiam os quadros e, quando tal não seja viável, pela obtenção de retornos económicos da diáspora.

Afinal, S. Tomé e Príncipe passou de terra de imigração a terra de emigrantes. Decerto, um fragmento da comunidade são-tomense tenderá a permanecer fora do arquipélago. Até por razões económicas, pois que a insuficiência de rendimentos em Portugal e noutros destinos, assim como a insegurança dos seus rendimentos uma vez colocados no arquipélago, levam os emigrantes a ir tornando definitivos os projectos que à partida poderiam ser transitórios<sup>73</sup>, de resto, uma dinâmica muito comum nas migrações, não dependendo apenas dos recursos obtidos na experiência migratória. Além disso, é de admitir que a pequenez e a exiguidade do meio são-tomense favoreçam um escrutínio esmiuçado do sucesso de cada emigrante, inibindo, porventura, o regresso de alguns deles. Ao invés de encarar o futuro na sua terra, os emigrantes poderão pensar que, independentemente de S. Tomé e Príncipe vir a albergar imigrantes, não tem espaço para eles. Deste modo, as possibilidades da preservação de uma ligação à terra também dependerão da maneira como os governos encararem as comunidades emigrantes. Este dado tem implicações nos processos identitários: por exemplo, ao invés de ser automática, como por regra se supõe, a assunção da pertença são-tomense pode também depender do conceito da nação são-tomense e da concretização desse conceito na institucionalização de canais de comunicação e de interacção entre os do arquipélago e os da diáspora.

A outro nível, o da relação entre emigração e inserção geo-estratégica, constataremos que a integração na CPLP não rende ganhos visíveis no tocante à mobilidade dos são-tomenses. Na região, sem prejuízo dos ensaios de construção de realidades supra-nacionais, o panorama actual não favorece a circulação e a fixação de são-tomenses em países próxi-

---

<sup>73</sup> Veja-se BONFIM, João 2000:115.

mos. Já se perdeu a memória da presença de são-tomenses nessas zonas em séculos passados. Além disso, a falta de qualificação dos são-tomenses também não sugere a emigração para esses países vizinhos, cujo contexto, como se disse, de instabilidade social e política também não favorece a imigração.

No tocante ao devir do arquipélago, já vimos que a emigração é um lado do problema. Outro respeita à imigração actualmente em curso. Conquanto de reduzida dimensão estatística e de menor profundidade temporal, a imigração reveste-se de uma importância política crucial.

Na aproximação à Nigéria parece actualizar-se uma relação histórica com África, mormente com as sociedades geograficamente próximas, com as quais S. Tomé e Príncipe teve relações até meados de Oitocentos. Depois, essas relações tornaram-se esporádicas e, por fim, foram remetidas para o quase esquecimento durante aproximadamente o derradeiro século do colonialismo. Simultaneamente, o actual aprofundamento das relações com a Nigéria corresponde a uma ruptura com a história mais recente e, em concreto, a um afrouxamento dos laços com Angola.

Em termos muito sumários, o acordo a que se terá chegado no tocante à definição da fronteira marítima parece politicamente razoável, a avaliar, senão pelo *modus operandi*, ao menos pela comparação dos resultados com a vulnerabilidade do arquipélago face a uma potência regional como a Nigéria. Contudo, desse acordo decorrem consequências, mormente no tocante a movimentos populacionais, que importa abordar na dupla perspectiva do seu significado simbólico e das consequências políticas.

No futuro, a imigração poderá vir a constituir um dado de monta na vida do país, que poderá vir a acolher imigrantes mais pobres do que os são-tomenses. A possível repetição de imigrações, agora devidas à parceria política e económica firmada por conta da exploração do petróleo, como que conferiria materialidade à tão propalada africanização. Ora, esta viragem e, concretamente, a imigração de nigerianos suscitam algumas reticências.

Apesar de, em círculos restritos, se admitir a possibilidade de um renovado processo de miscigenação devido a vagas de imigrantes do Golfo da Guiné, tal não é objecto de discussão pública, talvez por causa da incomodidade de tal temática.

À boca pequena, há quem olhe como natural a perspectiva de redefinição da “identidade etnológica” da nação são-tomense pela incorporação e assimilação de gentes do Golfo da Guiné, seja porque assim já sucedeu no passado, seja porque se vai ao encontro de uma África como que

mitificada. Nessa perspectiva situar-se-ão que afirmam que o futuro de S. Tomé e Príncipe está em África. Este enunciado sobre o futuro de S. Tomé e Príncipe poderá igualmente corresponder a um programa político ditado por sentimentos de cariz racial. Estaríamos, então, em presença da influência de um remanescente vector de cariz cultural e ideológico e não necessariamente de uma influência esconsa do factor petróleo, embora este factor possa estar a pesar muito mais do que aquilo que supõem os são-tomenses, inclusive os capazes de enunciar as motivações e os propósitos da sua consciência política e ideológica. Noutra perspectiva, tal enunciado talvez possa ser interpretado como uma sublimação idílica e uma compensação simbólica que visaria assegurar algum equilíbrio, concretamente no plano da retórica, à parceria assaz desproporcionada com a Nigéria.

Justamente, outros, que valorizam, ao menos implicitamente, a diferença de matrizes culturais, olham com apreensão a imigração de nigerianos, cujo pano de fundo é uma relação bilateral assimétrica com um parceiro política e socialmente instável. Noutros termos, que não respeitam ao futuro político imediato, é alvitrado que, a prazo, existem riscos de “desestruturação populacional são-tomense”<sup>74</sup>.

A propósito, aceitando-se tacitamente o papel de sucessivas levas migratórias na composição da população são-tomense, é interessante perguntar porque é que esta questão ganha relevância agora. Das possíveis respostas, destaquemos três: uma, a impossibilidade de anterior manipulação de tais noções teóricas, fosse por não estarem na agenda intelectual, fosse por não terem cabimento no quadro político colonial; outra, para além de nesse quadro colonial não existir competição social nas ilhas, a miscigenação entre os mais pobres da terra e os *filhos das roças* não colocava problemas à posição protegida (tão mais protegida quanto nos derradeiros anos do colonialismo se encetavam políticas sociais atinentes a lograr a fidelização política dos ilhéus) dos são-tomenses de famílias tradicionais; por fim, a configuração ideológica e política no imediatamente pós-independência tapava as fissuras étnicas, protegendo, uma vez mais, elementos dos chamados *filhos da terra*. Actualmente, a situação mudou, pelo que podemos entrever nas alusões à “desestruturação populacional são-tomense” alguma apreensão relativamente ao futuro ordenamento social no país.

Vejam, em 1991, o número de não nativos representava 16,6% da população<sup>75</sup>. Ao tempo, tal cifra tinha que ver com a sobrevivência de

<sup>74</sup> MENEZES 2002:52.

<sup>75</sup> *Diagnóstico da situação da população e género em São Tomé e Príncipe*, 2001:I,18.

antigos serviçais, não de pessoas recentemente ingressadas. Actualmente, já é notória a entrada de cidadãos de países do Golfo da Guiné. É provável que a exploração petrolífera traga ao arquipélago um acréscimo de imigrantes<sup>76</sup>, sobretudo da Nigéria, um movimento naturalmente incentivado pelo incremento das relações bilaterais. Com efeito, ocorre uma imigração de nigerianos, composta, sobretudo, de pequenos comerciantes e vendedores ambulantes que vêm ocupando posições na economia informal<sup>77</sup>. Admite-se que nigerianos e outros continuem a crescer em número e a ocupar espaço noutras áreas, mormente a financeira. Agora constata-se que, depois de um período em que passou despercebido, o ingresso de cidadãos dos países do Golfo “vem crescendo assustadoramente sem qualquer controlo estatístico”, assistindo-se a uma “integração desregrada”<sup>78</sup>. Tais considerações traduzem a perplexidade dos estudiosos, a qual, dir-se-ia, sistematiza a fabulação de rua sobre a presença de nigerianos, que se estimam entre 400 e 1500.

Para MENEZES, no actual contexto político de globalização, a prazo, os desequilíbrios macroeconómicos – e, acrescentaríamos, políticos – da Nigéria poderão trazer problemas associados a esse fluxo migratório<sup>79</sup>. A propósito, atentemos na inserção económica e social dos nigerianos. É sabido que, em situações de crise, os comerciantes tendem a ser potenciais vítimas de manifestações de desagravo. Tais manifestações poderão revestir-se de recortes étnicos – que, embora não se adivinhem hoje, podem irromper a qualquer momento (para não dizer que podem ser provocados) – numa sociedade entrementes mais aberta, isto é, pautada por maiores competição e mobilidade sociais do que até aqui. Esta evolução aumenta o risco de um futuro protagonismo tutelar por parte da Nigéria.

Crises políticas recentes demonstraram a possibilidade dos perigos assinalados. Em 1995, quando do golpe contra Miguel Trovoada, o Gabão solicitou de imediato o envio de uma força internacional para repor a ordem constitucional. Particularmente significativa pela sua prontidão, tão

---

<sup>76</sup> Embora de repercussões incomparavelmente menos duradouras, algo de semelhante teve lugar quando da guerra do Biafra. Ao tempo, as implicações demográficas terão sido negligenciáveis, mas algo de diferente pode ocorrer com o trânsito de gentes indirectamente promovido pelos efeitos económicos da exploração petrolífera.

<sup>77</sup> MENEZES 2002:51-52.

<sup>78</sup> MENEZES acrescenta ser impossível efectuar tal controlo por falta de meios capazes, cf. 2002:52.

<sup>79</sup> MENEZES 2002:13.

flagrantemente destoante da cautela costumeira nos negócios internacionais, tal solicitação encontrava um móbil na exiguidade do arquipélago.

Para qualquer observador medianamente independente e distante, a ressaca da tentativa de golpe de 2003 mostrou à sociedade o protagonismo da Nigéria, ostensivo quer no atropelo da mediação da CPLP, quer na coreografia paternalista, quase tutorial, da recondução de Fradique de Menezes ao território e da reposição da legalidade. Tal decorre da vocação de potência regional da Nigéria e sugere interrogações sobre a predisposição que, nessa condição, poderá ter para intervir em S. Tomé e Príncipe quando descortine motivo e oportunidade.

Percebem-se, ao menos intuitivamente, a quase absoluta necessidade e as vantagens para S. Tomé e Príncipe de uma integração política múltipla. Nesta perspectiva, e embora tal ainda não seja claramente assumido tanto por políticos quanto por estudiosos, a migração é uma realidade a rentabilizar enquanto instrumento para a resolução dos problemas que a globalização, a evolução política, as mudanças sociais e os contornos da mobilidade de gentes colocam ao país, seja ao nível do relacionamento político e diplomático, seja ao nível da promoção do desenvolvimento e da consecução de uma coesão social mínima.

## Bibliografia

- ABREU, João Viegas Vilhete de, 1992, *Motivações empresariais em S. Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE
- AGUIAR, Armindo, 1989, “As migrações na génese da nacionalidade santomenense” in *I Reunião Internacional de História de África. Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*, Lisboa, IICT
- AGUIAR, Armindo, 2001, *A distribuição de terra, factor de desenvolvimento sócio-económico em S. Tomé e Príncipe: o caso do distrito de Lobata*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE
- AMADO, Lúcio Barbosa Neto, 2002, *S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial (de 1975 a 1991). O percurso do sistema educativo*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE
- AMADO, Lúcio Barbosa Neto, 2004, “São Tomé e Príncipe – 1ª República (1975-1991) – apontamentos sobre a formação e a construção do Estado”, texto policopiado
- BONFIM, João do Sacramento, 2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, dissertação de mestrado, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- COLSON, E., 1966, “Migration in Africa: trends and possibilities” in WALLERSTEIN, Immanuel, *Social Change. The Colonial Situation*, Nova Iorque, John Wiley & Sons
- Diagnóstico da situação da população e género em São Tomé e Príncipe*, 2001, São Tomé, Ministério do Planeamento e Finanças, 3 volumes
- EYZAGUIRRE, Pablo, 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, dissertação de doutoramento, Yale University
- FALOLA, Toyin, 2003, *The power of african cultures*, Rochester, University of Rochester Press
- FERREIRA, Manuel Ennes, 1990, “Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R. D. São Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº12-13, Lisboa, CEAA-IICT
- FURTADO, Cláudio Alves, 1993, *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança - Santiago, Cabo Verde*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco
- HODGES, Tony e NEWITT, Malyn, 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press
- MATA, Inocência, 1993, *Emergência e existência de uma literatura. O caso santomense*, Lisboa, ALAC

- MATA, Inocência, 2004, *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa, Edições Colibri
- MEINTEL, Deidre, 1984, “Emigração em Cabo Verde: emigração ou problema” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n°2, Lisboa
- MENEZES, Aires Bruzaca de, 2002, *Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL
- NARTEY, Robert Nii, 1986, *From slave to serviçal: labor in the plantation economy of São Tomé and Príncipe: 1876-1932*, Chicago, University of Illinois at Chicago
- NASCIMENTO, Augusto, 2000a, “Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão-de-obra e das relações políticas)” in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*, Lisboa, CNCDP
- NASCIMENTO, Augusto, 2000b, “Relações entre Brasil e S. Tomé e Príncipe: declínio e esquecimento” in *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA
- NASCIMENTO, Augusto, 2002, *Órfãos da Raça: Europeus entre a fortuna e a desventura no S. Tomé e Príncipe colonial*, S. Tomé, Instituto Camões / CCP
- SACRAMENTO, António Francisco do, 1996, *A problemática do crescimento demográfico no processo de planeamento do território em S. Tomé e Príncipe: análise no sector de educação, saúde e emprego*, dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra
- SAINT-MAURICE, Ana, e PIRES, Rui Pena, 1989, “Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n°10-11, Lisboa, CEEA-IICT
- SEIBERT, Gerhard, 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden, Universidade de Leiden
- SILVA, António Leão Correia e, 2003, *Combates pela história*, Praia, Spleen
- TENREIRO, Francisco, 1956a, *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta*, Praia, Imprensa Nacional
- TENREIRO, Francisco, 1956b, *As Ilhas de S. Tomé e Príncipe e o território de São João Baptista de Ajudá*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa
- TENREIRO, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- UMBELINA, Silvestre de Barros, s. d., *Dimi-fa*, dactilografado.